

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- As questões desta prova deverão ser resolvidas exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação Profissional, deixando-se de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA DE VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM --

❑ Questão 1

Acerca das avaliações dos programas de governo no âmbito do Distrito Federal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Mesmo na ausência de indicadores robustos e com histórico consistente de apuração, a avaliação de efetividade é plenamente possível e confiável.
- Ⓑ O critério de eficiência é entendido como uma meta definida pela própria gestão, seja meta do plano plurianual, seja meta de outro instrumento de planejamento, até mesmo meta declarada pela gestão à equipe de auditoria.
- Ⓒ Os resultados das avaliações de programas de governo devem ser encaminhados ao Tribunal de Contas do Distrito Federal junto à prestação de contas anual do governador e, portanto, as auditorias são anuais, admitindo-se prorrogação máxima de prazo de três meses.
- Ⓓ Nem sempre é possível realizar a análise considerando-se todos os aspectos da eficiência, uma vez que as limitações para realizar uma avaliação integral estão quase sempre relacionadas à insuficiência de informações.

❑ Questão 2

O chamado conflito de interesses caracteriza-se pela

- Ⓐ falta de colaboração das áreas da organização com o controle interno ou de informações necessárias para a realização das atividades de controle interno.
- Ⓑ incompatibilidade entre os interesses pessoais ou profissionais dos auditores internos e sua obrigação de fornecer uma avaliação objetiva e independente das operações governamentais.
- Ⓒ falta de valorização da transparência e da responsabilidade pela cultura organizacional da entidade governamental.
- Ⓓ pressão exercida por líderes políticos sobre o controle interno, com a finalidade de evitar a investigação de problemas.

❑ Questão 3

No âmbito da auditoria em obras, o documento que contém, entre outros aspectos, as exigências de caráter prescritivo ou de desempenho a serem satisfeitas pelo empreendimento a ser concebido é o

- Ⓐ projeto básico.
- Ⓑ estudo de viabilidade.
- Ⓒ anteprojeto.
- Ⓓ programa de necessidades.

❑ Questão 4

O fluxo de trabalho para definir o plano de auditoria de TI compreende quatro etapas, sendo a terceira delas a etapa de executar a avaliação de risco. Essa etapa inclui

- Ⓐ selecionar temas de auditoria para trabalhos distintos.
- Ⓑ validar o plano de auditoria com a administração.
- Ⓒ desenvolver processos para identificar riscos.
- Ⓓ mapear a relação dos processos de negócios e TI.

❑ Questão 5

Assinale a opção que indica o documento emitido pelo controle interno com a finalidade de opinar pela legalidade ou não de atos concessórios de aposentadorias, reformas e pensões, quando da sua análise.

- Ⓐ nota técnica
- Ⓑ proposta de diligência
- Ⓒ parecer
- Ⓓ diligência

❑ Questão 6

No que diz respeito aos procedimentos correcionais na administração do Distrito Federal (DF), assinale a opção correta.

- Ⓐ As regras e os princípios que regem o direito administrativo disciplinar são, essencialmente, os mesmos que regulam o direito penal.
- Ⓑ Devido ao caráter formal do processo administrativo disciplinar, uma vez encerrada a fase instrutória, não é possível acrescentar nova prova ao procedimento.
- Ⓒ Como regra, no campo da responsabilidade disciplinar dos agentes públicos, as infrações disciplinares mais graves absorvem as menos graves.
- Ⓓ O prazo prescricional da pretensão punitiva disciplinar e de ressarcimento do erário começa sempre da data da prática do ato ou da ocorrência do fato juridicamente relevante.

❑ Questão 7

Mário, agente público do Distrito Federal, solicitou propina para si, no exercício da função, a pretexto de praticar ato de sua esfera de competência. Após o devido processo legal, Mário foi condenado na instância disciplinar.

Nessa situação hipotética, Mário

- Ⓐ estaria sujeito à cassação de aposentadoria, se houvesse ocupado cargo efetivo e estivesse aposentado ao tempo do julgamento do processo administrativo disciplinar.
- Ⓑ estará incompatibilizado para ser investido em novo cargo público no Distrito Federal, pelo prazo de cinco anos.
- Ⓒ não estaria mais sujeito a sanção disciplinar, caso ocupasse cargo em comissão quando da prática do ato e dele houvesse pedido exoneração.
- Ⓓ estará sujeito a demissão, apenas no caso de reincidir em infração média ou grave.

❑ Questão 8

No que concerne ao poder disciplinar na administração do DF, assinale a opção correta.

- Ⓐ É juridicamente possível o início de apuração disciplinar na administração do DF com base em denúncia anônima.
- Ⓑ Uma vez exercido o juízo de admissibilidade da notícia de infração disciplinar, os caminhos possíveis são, exclusivamente, o arquivamento sumário, a instauração de sindicância ou a instauração de PAD.
- Ⓒ Qualquer pessoa pode informar o poder público do DF acerca de infração disciplinar, mas somente poderá fazê-lo por meio dos canais eletrônicos apropriados.
- Ⓓ A sindicância é obrigatória, como etapa inicial do processo administrativo disciplinar (PAD).

Questão 9

Entre as etapas da receita orçamentária, o lançamento

- A promove a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e pelo controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa.
- B compreende a previsão de arrecadação da receita orçamentária constante da lei orçamentária anual (LOA) resultante de metodologias de projeção usualmente adotadas.
- C corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio de agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.
- D é a etapa em que se verificam a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e se inscreve o débito desta.

Questão 10

Os restos a pagar com prescrição interrompida, quando ainda vigente o direito do credor,

- A podem ser pagos com a mesma dotação já reservada para os restos a pagar processados.
- B devem ficar pendentes, em liquidação, até que a prescrição seja reestabelecida.
- C poderão ser pagos como despesas de exercícios anteriores.
- D devem ser reinscritos como restos a pagar não processados.

Questão 11

A metodologia utilizada para a estruturação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) segrega as contas contábeis em grandes grupos de acordo com as características dos atos e fatos nelas registrados, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam. Em atendimento às regras de integridade do PCASP, os lançamentos de natureza orçamentária apenas debitam e creditam as classes

- A 1 e 2.
- B 3 e 4.
- C 5 e 6.
- D 7 e 8.

Questão 12

Para contrair um empréstimo com garantia da União, o ente subnacional interessado deve apresentar um resultado favorável acerca de sua capacidade de pagamento. Nesse sentido, o indicador de endividamento desse ente estará na classificação parcial A quando a despesa corrente for

- A menor que 60%.
- B maior que 60% e menor que 75%.
- C superior a 100%.
- D igual a 75%.

Questão 13

Considere que no DF os gastos com pessoal estejam distribuídos da seguinte forma.

Poder Legislativo, incluso o TCDF: 2,8%
 Poder Judiciário: 5,7%
 Poder Executivo: 49,5%
 MPDFT: 1,5%

Com base na situação hipotética precedente e sabendo que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição Federal de 1988, definiu os limites de gastos com pessoal, como percentual da receita corrente líquida, para os três Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assinale a opção correta.

- A O DF deve reduzir os gastos do Poder Executivo.
- B O DF obedeceu aos limites impostos pela LRF.
- C O DF deve aumentar os gastos do MPDFT.
- D Os gastos com pessoal no DF estão 0,5% abaixo do teto.

Questão 14

No que se relaciona à dívida pública, julgue os itens que se seguem.

- I Segundo especialistas, o endividamento público, mesmo que gere mais serviços e investimentos públicos, produz inequidade geracional.
- II Operações de crédito de prazo inferior a doze meses com receitas incluídas no orçamento fazem parte da dívida pública fundada.
- III Operações de crédito por ARO, quando destinadas a investimento público, devem ser liquidadas até o final da legislatura em que foram contratadas.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 15

Relativamente à estrutura da administração do Distrito Federal (DF), assinale a opção correta.

- A Como ente federativo autônomo, o DF tem competência privativa para legislar sobre a manutenção de sua ordem e segurança internas.
- B A criação e a extinção de regiões administrativas podem dar-se mediante decreto do governador do DF.
- C A remuneração dos administradores regionais pode ser de até 90% da fixada para os secretários de governo do DF, no que se conhece como subteto.
- D A atuação dos órgãos da administração do DF compreende a promoção do desenvolvimento humano e ambientalmente sustentável, a transparência e publicidade de seus atos e a adoção de mecanismos de controle da própria administração.

Questão 16

Inclui-se nas competências da Controladoria-Geral do Distrito Federal

- I supervisionar e tratar os dados do Portal da Transparência.
- II realizar correições e auditorias administrativas.
- III executar ações de prevenção e combate à corrupção.
- IV apurar indícios de irregularidades.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- B Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- C Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- D Todos os itens estão certos.

Questão 17

No âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Distrital (SICON), orientar e avaliar a execução orçamentária é finalidade do subsistema de

- A planejamento.
- B auditoria.
- C orçamento.
- D contabilidade.

Questão 18

Um dos mecanismos para o exercício da governança pública definidos na Política de Governança é a liderança, que pode ser definida como

- Ⓐ o conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental, como integridade, competência, responsabilidade e motivação, exercido nos principais cargos de órgãos ou entidades.
- Ⓑ o processo estruturado para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades do órgão ou entidade.
- Ⓒ a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, além de critérios de priorização e alinhamento entre os órgãos e entidades e as partes interessadas.
- Ⓓ o conjunto de práticas aleatórias que visam a obter responsabilidade e motivação para o exercício dos principais cargos de órgãos ou entidades públicas e a sua governança.

Questão 19

No que se refere ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), assinale a opção correta.

- Ⓐ Se houver cancelamento de dotação orçamentária do FCDF nas áreas de saúde e educação, será necessário suplementar o montante cancelado com crédito adicional distrital.
- Ⓑ Os recursos do FCDF destinam-se à segurança pública, à saúde, à educação e à manutenção do patrimônio tombado do Plano Piloto de Brasília.
- Ⓒ Os atos de pessoal custeados pelo FCDF são objeto de registro no Tribunal de Contas da União, por envolverem recursos federais.
- Ⓓ Os recursos do FCDF integram apenas o orçamento do DF, com base em estimativas das transferências feitas pela União em cada exercício.

Questão 20

A respeito das modalidades contratuais utilizadas pela administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ O contrato de alienação, em regra, é precedido por licitação na modalidade de pregão e tem por objeto bens públicos móveis ou imóveis de natureza dominical ou mesmo bens inservíveis ou apreendidos.
- Ⓑ Estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos constituem exemplos de serviços de natureza comum nos contratos de prestação de serviços.
- Ⓒ O contrato de obra pública visa à execução direta de obras cuja titularidade pertence ao Estado.
- Ⓓ Contrato de gestão é o acordo firmado entre a administração pública, por intermédio de suas agências executivas, com certos entes privados, tais como as organizações sociais.

Questão 21

Assinale a opção que corresponde à cláusula geral, utilizada nos contratos administrativos, a fim de se assegurar o equilíbrio econômico-financeiro, que impacta sobre qualquer modificação expressiva no contexto fático que imponha uma onerosidade excessiva a qualquer das partes; seu fato motivador deve ser extraordinário e posterior à celebração do contrato, ainda que não se atrele aos índices de preços.

- Ⓐ revisão
- Ⓑ atualização monetária
- Ⓒ reajuste
- Ⓓ repactuação

Questão 22

Relativamente à gestão de riscos corporativos para integridade pública, realizada por meio do Sistema de Gestão de Auditoria do Distrito Federal (SAEWEB), julgue os itens a seguir.

- I A funcionalidade *criar projeto* permite realizar cadastro de um projeto de governança, risco e *compliance* (GRC), sendo necessário registrar o gerente do projeto, bem como os proprietários de risco.
- II O mapa de riscos positivos e negativos é um produto do módulo 4 da ferramenta SAEWEB, intitulado *Análise e Avaliação de Riscos*, cuja compilação decorre do tratamento dado aos riscos por meio da funcionalidade *tratamento dos riscos*.
- III A gestão de riscos, os controles existentes e os controles do plano de ação são elementos e atividades fundamentais para o sucesso de um sistema de gestão de riscos e controles internos (GRCI).

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 23

Com base nas disposições da Lei Complementar distrital n.º 925/2017, julgue os itens a seguir.

- I Órgãos que se encontrem com superávit financeiro ao final de cada exercício financeiro devem reverter esse saldo ao Tesouro do Distrito Federal em até 30 dias após o encerramento do exercício.
- II Eventuais superávits financeiros vinculados ao IPREV/DF, os decorrentes de operações de crédito e os decorrentes de recursos de convênios estão excetuados da obrigação de reversão ao Tesouro do Distrito Federal.
- III A alocação ou realocação no orçamento dos recursos decorrentes do superávit financeiro revertido ao Tesouro do Distrito Federal condiciona-se a prévia autorização legislativa, observados o disposto na legislação orçamentária e a finalidade para a qual a receita foi instituída.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓓ Todos os itens estão certos.

Questão 24

Considerando o disposto no Decreto n.º 45.057/2023, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ficam ressalvados da vedação da emissão de nota de empenho após o prazo previsto no decreto em questão os empenhos de valor até R\$ 5 mil, não sendo vedado o fracionamento de despesa que tenha o mesmo objeto.
- Ⓑ A vedação da emissão de nota de empenho após o prazo previsto no citado decreto abrange os empenhos relativos a despesas com suprimento de fundos de caráter secreto.
- Ⓒ A partir de 30 de novembro de 2023, a emissão de nota de empenho ficou vedada aos órgãos e às entidades integrantes do orçamento fiscal, sem exceção.
- Ⓓ Ressalvadas as exceções estabelecidas no citado decreto, desde 27 de outubro de 2023, a emissão de nota de empenho está vedada aos órgãos e às entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social.

Questão 25

No que se relaciona ao Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGo), julgue os itens a seguir.

- I Todos os servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal terão acesso irrestrito ao modo consulta do SIAC e de outros sistemas integrados ao SIGGo e seu extrator de dados.
- II É permitida a habilitação de senha para acesso ao SIGGo ao servidor comissionado, se atendidas todas as exigências para deferimento do pleito.
- III A previsão de pagamento no SIGGo registra a previsão de pagamento de todas as despesas das Unidades Gestoras da Administração do Distrito Federal.
- IV O evento tem seu código composto por seis números (XX.X.XXX), dispostos da seguinte maneira:
XX – classe representativa do dispêndio;
X – tipo;
XXX – código sequencial.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Todos os itens estão certos.
- ☐ B Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ C Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e IV estão certos.

Questão 26

Julgue os itens a seguir, de acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Distrito Federal (Lei Complementar distrital n.º 840/2011).

- I A investidura em cargo público no Distrito Federal (DF) exige a observância e a comprovação de certos requisitos na ocasião da posse, entre os quais estão o gozo dos direitos políticos e a aptidão física e mental.
- II Ao entrar em exercício, o servidor público ficará sujeito a estágio probatório pelo período de três anos.
- III Todo servidor aposentado poderá retornar à atividade, mas deve fazê-lo no prazo de quinze dias após a ciência do deferimento do pleito de reversão.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item II está certo.
- ☐ B Apenas o item III está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ D Apenas os itens I e III estão certos.

Questão 27

Com base no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Distrito Federal (Lei Complementar distrital n.º 840/2011), assinale a opção correta.

- ☐ A Os cargos públicos no DF se dividem em cargos de provimento efetivo — que dependem de aprovação em concurso público — e cargos de comissão — que são de livre nomeação e exoneração pela autoridade competente.
- ☐ B O referido estatuto aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista do DF se as suas leis de criação tiverem estabelecido aos seus empregados submissão ao regime estatutário.
- ☐ C Diferentemente da Constituição Federal de 1988, o estatuto vigente no DF assegura à autoridade competente discricionariedade para escolher todos os seus comissionados.
- ☐ D Em obediência ao estatuto vigente no DF, os editais de concursos públicos devem reservar até 20% das vagas para serem preenchidas por pessoas com deficiência.

Questão 28

São quadros da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Distrito Federal

- ☐ A a relação de projetos em andamento, o relatório de inexecução das emendas parlamentares individuais e o acréscimo em pessoal.
- ☐ B o relatório de conservação do patrimônio público, o relatório de inexecução das emendas parlamentares individuais e o acréscimo em pessoal.
- ☐ C a relação de projetos em andamento, o relatório de conservação do patrimônio público e o acréscimo em pessoal.
- ☐ D a relação de projetos em andamento, o relatório de conservação do patrimônio público e o relatório de inexecução das emendas parlamentares individuais.

Questão 29

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024

- ☐ A não pode incluir projetos ou subtítulos de projetos novos.
- ☐ B pode incluir projetos ou subtítulos de projetos novos, desde que contemplados os recursos necessários para viabilizar a conclusão de uma etapa ou de uma unidade completa de um projeto, excluídas as contrapartidas.
- ☐ C pode incluir projetos ou subtítulos de projetos novos, depois de contemplados, entre outros requisitos, os projetos e respectivos subtítulos em andamento.
- ☐ D pode incluir projetos ou subtítulos de projetos novos, bastando, para tanto, o cumprimento das despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

Questão 30

Com base na LOA de 2024, julgue os itens a seguir.

- I A LOA de 2024 os créditos adicionais somente podem incluir projetos ou subtítulos de projetos novos, depois de contemplados os projetos e respectivos subtítulos em andamento.
- II A LOA de 2024 os créditos adicionais somente podem incluir projetos ou subtítulos de projetos novos, depois de contempladas as despesas com a conservação do patrimônio público.
- III A LOA de 2024 os créditos adicionais somente podem incluir projetos ou subtítulos de projetos novos, depois de contemplados os recursos necessários para viabilizar a conclusão de uma etapa ou de uma unidade completa de um projeto, incluindo as contrapartidas.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ B Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ C Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ D Todos os itens estão certos.

Questão 31

Tendo em vista que o Anexo IV da LDO do Distrito Federal é subdividido em duas seções, assinale a opção correta acerca de cada uma delas.

- A** A primeira dispõe sobre criação e(ou) provimento de cargos, empregos e funções, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, exceto reposições; e a segunda dispõe sobre alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração.
- B** A primeira dispõe sobre criação e(ou) provimento de cargos, e funções, mas não de empregos, bem como admissão ou contratação de pessoal efetivo, somente, exceto reposições; e a segunda dispõe somente sobre aumento de remuneração.
- C** A primeira dispõe sobre criação e(ou) provimento de cargos, e funções, mas não de empregos, bem como admissão ou contratação de pessoal efetivo, somente, exceto reposições; e a segunda dispõe apenas de alteração de estrutura de carreiras.
- D** A primeira dispõe sobre criação e(ou) provimento de cargos, empregos, mas não de funções, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, exceto reposições; e a segunda dispõe somente sobre aumento de remuneração.

Questão 32

Independentemente de empenho e de acordo com o regime de competência, a despesa total com pessoal é apurada somando-se a despesa realizada no mês em referência com as imediatamente anteriores realizadas nos últimos

- A** 9 meses.
- B** 12 meses.
- C** 10 meses.
- D** 11 meses.

Questão 33

Uma operação de crédito por antecipação de receita, além de atender às determinações do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), deve também

- A** ser contratada com encargos prefixados ou indexados ao IGPM ou a outro índice similar.
- B** observar a vedação de contratação, caso exista outra operação de mesma natureza não totalmente quitada.
- C** realizar-se apenas após o segundo decêndio do início do exercício.
- D** ser totalmente liquidada até o final do exercício em que foi contratada.

Questão 34

O demonstrativo das operações de crédito, que abrange as operações de crédito internas e externas, inclusive por antecipação de receita, de cada ente da respectiva esfera de governo, compõe apenas o

- A** anexo de metas fiscais (AMF).
- B** anexo de riscos fiscais (ARF).
- C** relatório de gestão fiscal (RGF) do Poder Executivo.
- D** relatório resumido da execução orçamentária (RREO).

Questão 35

À luz da Lei Orgânica do Distrito Federal, julgue os itens a seguir.

- I** O projeto de LOA para o exercício seguinte deve ser encaminhado pelo Poder Executivo até 4 meses antes do encerramento do exercício financeiro em curso.
- II** Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão encaminhados à Câmara Legislativa, que os apreciará na forma estabelecida em seu regimento interno.
- III** O projeto de LOA deve ser devolvido pelo Legislativo para sanção até o encerramento do segundo período da sessão legislativa, o que ocorre no dia 15 de dezembro.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 36

De acordo com o art. 5.º do projeto de LOA do Distrito Federal (DF) para 2024, o Poder Executivo está autorizado a abrir créditos suplementares, mediante ato próprio, com a finalidade de atender as insuficiências nas dotações orçamentárias

- A** até o limite de 25% do valor total de cada unidade orçamentária, nos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias autorizadas pela LOA, e de excesso de arrecadação.
- B** até o limite de 15% do valor total de cada unidade orçamentária, nos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais, mediante a utilização somente de recursos provenientes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias autorizadas pela LOA.
- C** até o limite de 10% do valor total de cada unidade orçamentária, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, somente, mediante a utilização de recursos provenientes exclusivamente da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias autorizadas pela LOA.
- D** até o limite de 15% do valor total de cada unidade orçamentária, nos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais, mediante a utilização de recursos provenientes exclusivamente de excesso de arrecadação.

Questão 37

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

	R\$		
Categoria Econômica/Grupo de Despesa	Recursos do	Recursos de Outras	Total
Total	28.123.992.618	7.652.789.995	35.776.782.613
3 DESPESAS CORRENTES	24.348.361.413	6.663.511.728	31.011.873.141
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.279.396.829	4.986.509.731	18.265.906.560
2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	450.783.944	0	450.783.944
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.618.180.640	1.677.001.997	12.295.182.637
4 DESPESAS DE CAPITAL	2.640.029.624	321.779.751	2.961.809.375
4 INVESTIMENTOS	1.881.083.811	321.779.751	2.202.863.562
5 INVERSÕES FINANCEIRAS	56.840.267	0	56.840.267
6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	702.105.546	0	702.105.546
9 RESERVA DE CONTINGENCIA	1.135.601.581	667.498.516	1.803.100.097
9 RESERVA DE CONTINGENCIA	1.135.601.581	667.498.516	1.803.100.097

No projeto de LOA do DF para 2024, a figura precedente corresponde ao

- Ⓐ Anexo IV – Detalhamento dos Créditos Orçamentários dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- Ⓑ Anexo III – Demonstrativo da Despesa, por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fonte de Recursos e Grupo de Despesa.
- Ⓒ Anexo I – Resumo Geral da Receita.
- Ⓓ Anexo II – Resumo Geral da Despesa.

Questão 38

Acerca de resultado primário e nominal e de suas formas de apuração, julgue os itens a seguir.

- I A apuração de resultado pela metodologia “acima da linha” corresponde à diferença entre as receitas e as despesas do setor público, enquanto que a apuração de resultado pela metodologia “abaixo da linha” corresponde à variação da dívida líquida total, interna ou externa.
- II O resultado primário deve ser apurado pela metodologia “acima da linha”.
- III O resultado nominal deve ser apurado pela metodologia “abaixo da linha”.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓓ Todos os itens estão certos.

Questão 39

A Portaria Conjunta STN/SOF n.º 20/2021 estabeleceu a padronização das fontes ou destinações de recursos, com codificação composta por 4 dígitos e dividida em 2 níveis de classificação. A esse respeito, assinale a opção correta.

- Ⓐ A padronização estabelecida pela referida portaria deve ser observada por todos os estados e pelo DF, excluindo-se dessa obrigação os municípios.
- Ⓑ O segundo nível, com somente dois dígitos, corresponderá à classificação padronizada para toda a Federação.
- Ⓒ No segundo nível, com três dígitos, só serão utilizados os números de 0 a 499, no caso dos estados, do DF e dos municípios.
- Ⓓ De modo a garantir a continuidade das informações e a consistência das análises históricas, a solução encontrada para o DF foi utilizar, a partir do 5.º dígito, o detalhamento livre.

Questão 40

Em relação ao planejamento no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- I Uma das mudanças administrativas empreendidas no começo dos anos 1990 que contribuiu para a destruição da estrutura de planejamento federal vigente foi a substituição da figura do secretário-geral dos ministérios pela do secretário-executivo.
- II A sequência de crises que assolaram os primeiros anos do mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso contribuiu para que o foco das atenções permanecesse dirigido ao curto prazo, com a centralização do comando sobre as decisões de política econômica no Ministério da Fazenda.
- III No governo de Fernando Henrique Cardoso, o Ministério do Planejamento abandonou a tarefa de eleição de projetos prioritários e a busca de meios para assegurar os recursos necessários para sua implementação, o que fez com que a proposta de PPA se afastasse de um mero orçamento plurianual.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.

Questão 41

Em relação a planejamento e gestão, julgue os itens a seguir.

- I A reação à excessiva rigidez das normas leva à deturpação de conceitos e incentiva a imaginação para interpretar as normas de modo que atenda a interesses particulares.
- II O clima generalizado de desconfianças e antagonismos sob o qual se processam as relações políticas e institucionais não contribui para o ativismo dos órgãos encarregados de controlar a conformidade dos atos praticados pelos gestores públicos às normas legais e administrativas.
- III A excessiva rigidez das normas viabilizou a outorga ao órgão de planejamento da atribuição de selecionar um conjunto de projetos prioritários e instituir procedimentos especiais para viabilizar sua execução, reforçando, com isso, o aumento da importância do planejamento.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item II está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 42

Com relação ao planejamento como uma aposta, julgue os itens a seguir.

- I Os fundamentos das apostas de um governante são tanto mais sólidos quanto maior for o peso das variáveis que controla em relação ao das que não controla, e são mais débeis se as variáveis que controla forem poucas e de pouco peso.
- II No jogo social, a certeza dos resultados é impossível porque o jogador escolhe seu plano segundo o controle que tem sobre as variáveis que para ele são opções, mas apenas uma parcela das variáveis é relevante para calcular o resultado de sua ação e porque o jogador não pode escolher as circunstâncias em que tem de realizar o plano.
- III A planificação tradicional formula seus planos em um vazio de contexto situacional que ignora o político como oposto ao técnico.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item II está certo.
- ☐ C Apenas o item III está certo.
- ☐ D Todos os itens estão certos.

Questão 43

A respeito do planejamento no governo do Distrito Federal, julgue os itens que se seguem.

- I O objetivo de programa temático não pode se configurar como uma lista de desejos sem conexão com as realidades de vida das pessoas; deve congrega todos os elementos necessários para enfrentamento de um problema complexo; e os seus componentes devem se conectar entre si de forma que se caracterizem como um plano específico (dentro de sua temática) que contribuirá para a melhoria de vida dos cidadãos do Distrito Federal.
- II A ação ou projeto priorizado ou selecionado não somente deve conter em sua essência os elementos que o justifiquem, mas também deve ser objeto de comparações com outras ações ou projetos que ficaram impossibilitados de ser executados, dadas as escolhas ou seleções feitas pelos gestores públicos.
- III O levantamento pormenorizado dos recursos disponíveis (estrutura administrativa atual, quadro de força de trabalho e sua distribuição, estruturas físicas ocupadas e o orçamento vigente, detalhado nas principais receitas e despesas da Unidade) é facultativo, assim como a segregação dos gastos das áreas-fim e área-meio.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Nenhum item está certo.
- ☐ B Apenas o item III está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ D Apenas os itens I e III estão certos.

Questão 44

O relatório de acompanhamento da execução físico-financeira governamental do DF é elaborado pela SEPLAD e publicado

- ☐ A semestralmente.
- ☐ B anualmente.
- ☐ C mensalmente.
- ☐ D bimestralmente.

Questão 45

O processo de prestação de informações relativas ao acompanhamento da execução físico-financeira governamental do 1.º ao 5.º bimestre do exercício pelo SAG WEB é subsidiado, entre outros documentos,

- ☐ A pelo quadro de detalhamento da despesa (QDD).
- ☐ B pela lei de diretrizes orçamentárias (LDO).
- ☐ C pelo relatório de gestão fiscal (RGF).
- ☐ D pelo plano plurianual (PPA).

Questão 46

A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa, incluindo-se entre as possíveis fontes de recursos

- A** transferências correntes.
- B** transferências de capital.
- C** superávit financeiro.
- D** aumento de dotação.

Questão 47

Assinale a opção que apresenta a forma de alteração orçamentária em que a unidade requisitante solicita modificações em IDUSO ou em modalidade de aplicação, sendo a alteração processada por meio de portaria SEPLAD, com execução direta processada pela SUOP, sem a necessidade de parecer do órgão central de orçamento.

- A** descentralização de crédito
- B** descontingenciamento
- C** antecipação de cota
- D** alteração de QDD

Questão 48

As despesas de exercícios encerrados para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, e que não se tenham processado na época própria representam

- A** anulação de dotação.
- B** despesas de exercícios anteriores.
- C** transposição de despesas.
- D** restos a pagar.

Questão 49

A funcionalidade de Cadastro de Projeto do SAEWEB beneficia o gerenciamento de riscos corporativos, na medida em que

- A** prioriza projetos com base em sua rentabilidade.
- B** automatiza integralmente o processo de tomada de decisão.
- C** facilita a alocação de recursos financeiros.
- D** permite o registro de informações essenciais de projetos de gerenciamento de riscos corporativos.

Questão 50

Assinale a opção que corresponde ao instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública do GDF com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, em que há interesse público e recíproco por propostas dessas organizações, envolvendo a transferência de recursos financeiros.

- A** contrato de gestão
- B** termo de fomento
- C** termo de colaboração
- D** parceria público-privada

Espaço livre